



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANA VERDE
PRAÇA NEMÉSIO MONTEIRO, 12
CENTRO – CANA VERDE/MG
CNPJ: 18.244.426/0001-56
(35) 3865-1202

Relatório Controle Interno - 2021

Sumário

- Apresentação;
- Introdução;
- Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial;
- Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito;
- Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar e dos limites e condições para a realização da despesa Total com pessoal;
- Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como em ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei Orgânica do município, e ainda de recursos do FUNDEB;
- Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- Análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo;
- Avaliação das providências adotadas diante de danos causados ao erário público;
- Aplicação de Recursos Públicos Realizada por Entidades de Direito Privado;
- Participação do Município em Consórcios Públicos;
- Possíveis Irregularidades; e
- Parecer conclusivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANA VERDE
PRAÇA NEMÉSIO MONTEIRO, 12
CENTRO – CANA VERDE/MG
CNPJ: 18.244.426/0001-56
(35) 3865-1202

Apresentação:

Relatório do Controle Interno - 2021

O Poder Executivo Municipal de Cana Verde/MG norteado pelas normas instituídas no Ordenamento Jurídico elaborou o presente Relatório do Controle Interno, que é parte integrante de sua Prestação de Contas Anual do exercício financeiro de 2021.

Com este relatório buscamos atender plenamente ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar 101/00, combinados com os artigos 76 a 80 da Lei Federal 4.320/64, e Instruções Normativas do TCE/MG, principalmente a 04/2017.

Destacamos que as análises foram realizadas a partir dos registros contábeis do sistema de informatização do município e pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, conjugados com os trabalhos do Controle Interno e foram aplicadas técnicas de análise de balanços públicos.

O presente relatório tem como objetivo fundamental levar ao conhecimento da sociedade, informações adicionais de forma simplificada e transparente das ações programadas, a partir da execução dos orçamentos e da avaliação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, buscando, assim, traduzir os dados contidos na Prestação de Contas Anual do exercício de 2021.

Introdução:

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2021 evidenciou uma melhor adaptação às práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária, incluindo aí também o controle das fontes de recursos, para observância de sua origem e destinação, especificadas pelas tabelas publicadas pelo Tribunal de Contas, conforme Instrução Normativa nº 05/2011, para cumprimento do parágrafo único do art. 8º da LC 101/2000.

A postura do Controle Interno neste processo será a de atuar de forma integrada, visando orientar os gestores para o cumprimento dos programas e metas do governo, porém sem deixar de atender a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANA VERDE
PRAÇA NEMÉSIO MONTEIRO, 12
CENTRO – CANA VERDE/MG
CNPJ: 18.244.426/0001-56
(35) 3865-1202

legislação específica, que rege cada matéria tratada, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, tendo sempre em vista a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas e a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão dos processos da administração, sem nunca esquecer a transparência.

Desenvolvimento:

Avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei orçamentárias

O **Plano Plurianual - PPA** – do Município de Cana Verde/MG, aprovado pela lei nº 958 de 29 de novembro de 2017, estabeleceu os objetivos e metas administrativas, para o quadriênio de 2018 a 2021, onde constam as diversas ações, constantes dos programas governamentais, a serem executadas pelo Executivo Municipal, buscando o desenvolvimento e oferecimento de bons serviços à população.

O Plano Plurianual - PPA, foi utilizado para materializar o planejamento estratégico do Município para o período, e ainda serviu como norte para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e consequentemente da Lei Orçamentária Anual - LOA.

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO** – foi utilizada na concretização do planejamento tático para o exercício de 2021. Destacamos que seus objetivos, diretrizes estratégicas, com base nas linhas gerais prioritárias de atuação e busca de resultados, foram alcançadas a contento.

A **Lei Orçamentária Anual – LOA** - materializou o planejamento operacional para o exercício de 2021, estimando a receita e fixando a despesa do município.

Sancionada e publicada sob o nº 1.013, em 04 de dezembro de 2020, estimou a receita e fixou a despesa, e foi a norteadora das decisões estratégicas das ações e empreendimentos municipais realizados.



Avaliação dos resultados quanto a eficiência e eficácia da gestão orçamentária

O **Balanco Orçamentário** consolidado demonstra o resultado orçamentário do exercício, a partir das receitas e despesas previstas com as realizadas, conforme artigo 102 da Lei 4.320/64.

O Balanco Orçamentário do exercício, extraído do sistema de informatização utilizado pelo Município, enviado ao Tribunal de Contas do Estado através do SICOM, demonstra a execução orçamentária do Município, cujos valores podem ser verificados na PCA 2021, arquivo DCASP.

Dos Créditos Adicionais:

Durante a execução Orçamentária foram abertos créditos adicionais suplementares ao orçamento geral do município conforme quadros abaixo, todos nos limites autorizados pela Lei Orçamentária Anual - Lei 1.013/2020 e pela Lei 1.036/2021 da seguinte forma:

DECRETO	DATA	NATUREZA DO CRÉDITO	RECURSO	VALOR SUPLEMENTADO	VALOR ANULADO
1234	25/01	suplementar	Suplementar	0,00	12.000,00
1234	25/01	suplementar	Anulação de dotação	12.000,00	0,00
1244	26/02	suplementar	Suplementar	0,00	64.500,00
1244	26/02	suplementar	Anulação de dotação	64.500,00	0,00
1245	30/01	suplementar	Excesso de arrecadação	82.969,38	0,00
1252	29/03	suplementar	Suplementar	0,00	363.320,00
1252	29/03	suplementar	Anulação de dotação	363.320,00	0,00
1257	03/05	suplementar	Suplementar	0,00	104.830,00
1257	03/05	suplementar	Anulação de dotação	104.830,00	0,00
1259	11/05	suplementar	Superávit financeiro	28.248,00	0,00
1260	12/05	suplementar	Suplementar	0,00	154.390,00
1260	12/05	suplementar	Anulação de dotação	154.390,00	0,00
1264	02/06	suplementar	Suplementar	0,00	107.500,00
1264	02/06	suplementar	Anulação de dotação	107.500,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANA VERDE
PRAÇA NEMÉSIO MONTEIRO, 12
CENTRO – CANA VERDE/MG
CNPJ: 18.244.426/0001-56
(35) 3865-1202

DECRETO	DATA	NATUREZA DO CRÉDITO	RECURSO	VALOR SUPLEMENTADO	VALOR ANULADO
1265	04/06	suplementar	suplementar	0,00	65.708,00
1265	04/06	suplementar	Anulação de dotação	65.708,00	0,00
1266	17/06	suplementar	Suplementar	0,00	277.500,00
1266	17/06	suplementar	Anulação de dotação	277.500,00	0,00
1277	01/07	suplementar	Suplementar	0,00	451.900,00
1277	01/07	suplementar	Anulação de dotação	451.900,00	0,00
1278	01/07	suplementar	Superavit financeiro	26.605,98	0,00
1279	19/07	suplementar	Suplementar	0,00	426.450,00
1279	19/07	suplementar	Anulação de dotação	426.500,00	0,00
1284	02/08	suplementar	Suplementar	0,00	102.000,00
1284	02/08	suplementar	Anulação de dotação	102.000,00	0,00
1285	03/08	suplementar	Suplementar	0,00	1.102.409,80
1285	03/08	suplementar	Anulação de dotação	1.102.409,80	0,00
1286	12/08	Alt. fonte recurso	Alt. fonte recurso	0,00	20.000,00
1286	12/08	Alt. fonte recurso	Anulação dotação	20.000,00	0,00
1290	02/09	suplementar	Suplementar	0,00	180.200,00
1290	02/09	suplementar	Anulação de dotação	180.200,00	0,00
1291	02/09	suplementar	Excesso arrecadação	7.400,00	0,00
1292	03/09	suplementar	Suplementar	0,00	1.052.330,00
1292	03/09	suplementar	Anulação de dotação	1.052.330,00	0,00
1297	01/10	suplementar	Suplementar	0,00	1.546.167,46
1297	01/10	suplementar	Anulação de dotação	1.546.167,46	0,00
1298	01/10	suplementar	Excesso arrecadação	438.360,00	0,00
1300	18/10	suplementar	Suplementar	0,00	24.000,00
1300	18/10	suplementar	Anulação de dotação	24.000,00	0,00
1303	03/11	suplementar	Suplementar	0,00	247.940,00
1303	03/11	suplementar	Anulação de dotação	247.940,00	0,00



DECRETO	DATA	NATUREZA DO CRÉDITO	RECURSO	VALOR SUPLEMENTADO	VALOR ANULADO
1304	04/11	suplementar	Excesso arrecadação	193.150,00	0,00
1305	04/11	suplementar	Suplementar	0,00	139.979,36
1305	04/11	suplementar	Anulação de dotação	139.979,36	0,00
1309	01/12	suplementar	Excesso arrecadação	79.600,00	0,00
1310	01/12	suplementar	Suplementar	0,00	709.900,13
1310	01/12	suplementar	Anulação de dotação	709.900,13	0,00
1311	01/12	suplementar	Excesso arrecadação	562.262,43	0,00
TOTAL				8.571.620,54	7.153.024,75

Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O **Balanço Financeiro** demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extraorçamentária ocorridos no exercício de 2021, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro do exercício, constante do sistema informatizado utilizado pelo Município, enviado ao Tribunal de Contas do Estado através do SICOM, demonstra a execução financeira, cujos valores podem ser verificados na PCA 2021, arquivo DCASP.

Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias e vinculadas.

É no Balanço Financeiro que apuramos o resultado financeiro do exercício. A forma de se apurar é bem simples, basta comparar o saldo para o exercício seguinte com o saldo do exercício anterior. O resultado positivo desta relação pode ser visto como um indicador de equilíbrio financeiro.

O **Balanço Financeiro/2021** disponibilizado no sistema de informatização do município apresenta:

Saldo do exercício anterior	1.219.491,21
Saldo para o exercício seguinte	7.581.300,19
Superávit Financeiro	6.361.808,98



Mas não basta somente avaliar o resultado desta operação, para verificação da saúde financeira do Município é necessário verificar se este saldo positivo não tem origem em endividamento público. Da mesma forma o resultado negativo não pode ser visto como má gestão financeira, pois ele pode ter origem na redução do endividamento.

A análise correta do resultado financeiro deve ser realizada conjuntamente com o Balanço patrimonial, onde se pode avaliar o todo, o resultante da execução orçamentária e também da extraorçamentária.

A receita e despesa orçamentária apresentada por fonte/ destinação dos recursos evidencia com mais clareza a aplicação dos recursos financeiros.

Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

No **Balanço Patrimonial** é demonstrada, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial do Município. Suas contas representam o patrimônio público.

Os ativos e passivos, de acordo as NBCASP são divididos em circulante e não circulante. A lei 4.320/64 por sua vez os divide em dois grupos, financeiros e permanentes.

O Balanço Patrimonial do exercício, constante do sistema informatizado utilizado pelo Município, enviado ao Tribunal de Contas do Estado através do SICOM, demonstra a situação patrimonial do exercício, cujos valores podem ser verificados na PCA 2021, arquivo DCASP.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais** é a evidenciação das alterações verificadas no patrimônio. Estas alterações advêm ou não da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado pela relação entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Este demonstrativo tem função semelhante à demonstração do resultado do exercício (DRE) do setor privado.

Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.



A Demonstração da Variação Patrimonial - DVP permite a análise das alterações dos elementos patrimoniais e do desempenho da administração pública.

A Demonstração da Variação Patrimonial, constante do sistema informatizado utilizado pelo Município, enviada ao Tribunal de Contas do Estado através do SICOM, demonstra as variações aumentativas e diminutivas, cujos valores podem ser verificados na PCA 2021, arquivo DCASP.

A Demonstração do Fluxo de Caixa, constante do sistema informatizado utilizado pelo Município, enviado ao Tribunal de Contas do Estado através do SICOM, demonstra a sua capacidade de geração de caixa e equivalentes de caixa, cujos valores podem ser verificados na PCA 2021, arquivo DCASP.

Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

A receita corrente líquida do Município no exercício de 2021, conforme sistema de informatização do mesmo foi de R\$23.368.676,44 (vinte e três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), portanto, a sua limitação para dívida fundada é de 1,20 deste valor, ou seja, R\$28.042.411,73 (vinte e oito milhões, quarenta e dois mil, quatrocentos e onze reais e setenta e três centavos).

No Balancete Receita 2021 consta um total de Receita de Capital de R\$2.090.612,43 (dois milhões, noventa mil, seiscentos e doze reais e quarenta e três centavos)

Não foram realizadas Operações de Crédito o exercício de 2021.

Análise da observância dos limites e condições para realização de despesas com pessoal

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento (art. 18, § 2º, da LC 101/2000).

De acordo com a LRF, art. 19, inciso III, o gasto com pessoal do Município não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que o Poder Legislativo não poderá exceder a 6% e o Poder Executivo a 54%.



No Anexo VII, Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder, constante da PCA 2021, fica evidenciado, que o Município cumpriu esta norma legal, uma vez que foram aplicados 41,64% da Receita Corrente Líquida do exercício conforme consta em seu sistema de informatização.

No art. 20, Inciso III, alíneas "a" e "b", são definidos os percentuais de cada Poder no Município. Cabendo na partição 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo.

No mesmo Anexo VII, Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder, constante da PCA 2021, fica comprovado que o Poder Executivo despendeu R\$9.211.939,32 (nove milhões, duzentos e onze mil e novecentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos) que representam 39,42% da Receita Corrente Líquida, que foi de R\$23.368.676,44 (vinte e três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) assim sendo fica evidenciado o cumprimento da norma legal, conforme consta em seu sistema de informatização.

Evidencia ainda que o Poder Legislativo despendeu R\$519.387,48 (quinhentos e dezenove mil, trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos) que representam 2,22%, da mesma Receita Corrente Líquida, assim sendo fica evidenciado o cumprimento da norma legal, conforme consta em seu sistema de informatização.

Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

De acordo com as regras estabelecidas pela Constituição Federal e sua Lei Orgânica, o Município deve aplicar no mínimo 25% do produto das receitas próprias, originadas de impostos arrecadados, e ainda de transferências legais e constitucionais, também originadas de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Abaixo estão demonstradas as receitas e despesas verificadas no exercício de 2021, da seguinte forma:

Gastos com a Educação	
Receita base de cálculo	17.112.765,04
Valor legal mínimo 15%	2.566.914,76
Valor aplicado 27,81%	4.765.284,02



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANA VERDE
PRAÇA NEMÉSIO MONTEIRO, 12
CENTRO – CANA VERDE/MG
CNPJ: 18.244.426/0001-56
(35) 3865-1202

Demonstrativo da aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino

Conforme demonstrado nos Anexos II e III, respectivamente, do quadro Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, constante da PCA 2021, a receita base de cálculo para apuração do percentual de gastos com o ensino totalizou R\$17.112.765,04 (dezessete milhões cento e doze mil, setecentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos) enquanto as despesas realizadas totalizaram R\$4.765.284,02 (quatro milhões setecentos e sessenta e cinco mil duzentos e oitenta e quatro reais e dois centavos).

As despesas na relação com a receita base de cálculo representam conforme o sistema de informatização do município 27,81%. Assim sendo fica comprovado que foram cumpridas as exigências da Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, que estabelece os gastos mínimos em 25%.

Demonstrativo de recursos do FUNDEB

Conforme demonstrado no Anexo VIII, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, da PCA 2021, o Município movimentou recursos da seguinte forma:

Movimentação dos recursos do FUNDEB no exercício de 2021:

<i>Recursos do FUNDEB:</i>	
1 - Transferências de recursos do FUNDEB	2.597.248,68
2 - Remuneração de depósitos bancários	8.755,48
3 – Juros de títulos de renda	0,00
4 - Recursos não aplicados no exercício anterior	0,00
5 - Recursos próprios do Município gastos no FUNDEB	0,00
6 - Total dos recursos do FUNDEB => (6 = 1+2+3+4+5)	2.606.004,16
7 – Recursos recebidos do acordo AMM/ Governo do Estado	228.269,64
8 – Recursos para fins de cálculo do gasto com profissionais da educação básica => (8 = 6-7)	2.377.734,52



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANA VERDE
PRAÇA NEMÉSIO MONTEIRO, 12
CENTRO – CANA VERDE/MG
CNPJ: 18.244.426/0001-56
(35) 3865-1202

Despesas do FUNDEB:	
9 - Despesas pagas recursos do FUNDEB	2.520.542,75
10 - Valores pagos com recursos próprios do Município	
11 - Subtotal 1 – valor pago => (11 = 9+10)	2.520.542,75
Inscrito em Restos a Pagar do FUNDEB	
12 - Restos a pagar processados do exercício	307.194,23
13 - Restos a pagar não processados do exercício	21.477,84
14 - Subtotal 2 – Restos a pagar => (14 = 12+13)	328.672,07
15 – Total das despesas => (15 = 11+14)	2.849.214,82
16 – Saldo orçamentário – Relação entre receitas e despesas => (16 = 6-15)	(243.210,66)
Apuração das Disponibilidades Financeiras do FUNDEB	
17 – Disponibilidades de Caixa	314.188,65
18 – Valores Comprometidos com restos a Pagar de Exercícios Anteriores	0,00
19 – Valores Restituíveis a Recolher (Dívida Flutuante)	0,00
20 – Valores Restituível Registrado Ativo Financeiro (Devedores Diversos)	0,00
21 – Saldo de Disponibilidade de Caixa => (21 = 17-18-19+20)	314.188,65
22 – Restos a Pagar Inscritos sem Disponibilidade de Caixa => (22 = 21-14)	14.483,42
23 – Total Aplicado na Educação Básica => (23 = 15-21)	2.535.026,17

Gastos com Profissionais da Educação Básica

Descrição	No Exercício	Percentual
Considerando Recursos Recebidos do acordo EMG_AMM		
24 - Receita Total do FUNDEB => (24 = 6- 5)	2.597.248,68	100%
25 - Valor legal mínimo	1.818.074,08	70%
26 - Valor Aplicado no exercício	2.520.542,75	97,05%
Desconsiderando Recursos Recebidos do acordo EMG_AMM		
27 - Receita Total do FUNDEB => (27 = 8 - 5)	2.377.734,52	100%
28 - Valor legal mínimo	1.664.414,16	70%
29 - Valor Aplicado no exercício	2.520.542,75	106,01%

Recebeu uma transferência de recursos da ordem de R\$2.597.248,68 (Dois milhões, quinhentos e noventa e sete mil, duzentos e quarenta e oito reais e noventa e sessenta e oito centavos) e obteve

RCI/2021 – Prefeitura Municipal de Cana Verde/MG

Página 11



um rendimento de aplicação de R\$8.755,48 (oito mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e oito centavos). Recebeu dentro deste valor, parte do acordo celebrado com o Governo do Estado, proveniente de parte das retenções realizadas no exercício de 2018, no valor de R\$228.269,64 (duzentos e vinte e oito mil, duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Foram realizadas despesas no valor total de R\$2.535.026,17 (dois milhões quinhentos trinta e cinco mil e vinte e seis reais e dezessete centavos) valor destinado para despesas com profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício.

Este valor na relação com a receita base de cálculo acima apura 97,05%. Assim sendo fica comprovado o cumprimento a Lei 14.113/2020, que estabelece como aplicação mínima 70% dos recursos do exercício.

Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde

De acordo com as regras estabelecidas pela Constituição Federal e LC 141/2012, o Município deve aplicar no mínimo 15% do produto das receitas próprias, originadas de impostos arrecadados, e ainda de transferências legais e constitucionais, também originadas de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde. Abaixo estão demonstradas as receitas e despesas verificadas no exercício de 2021, da seguinte forma:

Gastos com a Saúde	
Receita base de cálculo	16.177.041,55
Valor legal mínimo 15%	2.426.556,23
Valor aplicado 28,03%	4.534.674,23

Demonstrativo da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde

Conforme demonstrado nos Anexos IV e V, respectivamente, do quadro Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, constante da PCA 2021, a receita base de cálculo para apuração do percentual de gastos com as ações e serviços públicos de saúde totalizou



R\$16.177.041,55 (dezesseis milhões, cento e setenta e sete mil, quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), enquanto as despesas realizadas totalizaram R\$4.534.674,23 (quatro milhões quinhentos trinta e quatro mil reais e vinte e três centavos) conforme o sistema de informatização do município.

As despesas na relação com a receita base de cálculo representam 28,03%. Assim sendo fica comprovado que foram cumpridas as exigências da Lei Complementar 141/2012, que estabelece os gastos mínimos em 15%.

Informações quanto à destinação de recursos obtidos com alienação de ativos

No exercício de 2021 conforme consta no balancete mensal da receita não houve alienação de ativos.

Análise da observância do disposto no art. 29-A da constituição federal, referente ao repasse de recursos ao Poder Legislativo.

Recursos Consignados para Câmara Municipal		
Arrecadação Municipal Exercício Anterior – 2020	Recurso Autorizado 7% Art. 29-A - CF	Valor do Repasse
12.771.473,60	894.003,15	894.003,12
Valor devolvido pelo Legislativo		269.159,51
Valor dos repasses para cálculo		624.843,61
Percentual de Recursos Repassados		4,89%

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo, deduzidas as devoluções efetuadas pelo mesmo, conforme demonstrado no quadro acima obedeceu ao disposto na Constituição Federal. A Administração Municipal observou e respeitou o limite máximo, ou seja, não ultrapassou os 7% estabelecidos pela Constituição Federal.

Avaliação das providências adotadas diante de danos causados ao erário

Com base nas informações do banco de dados da procuradoria jurídica do nosso município, temos a



esclarecer que em 2021 não houve nenhum procedimento de Tomada de Contas Especial.

Inscrição de Restos a Pagar e Disponibilidade Financeira por Fonte de Recursos

Do Executivo Municipal:

Na análise das informações contábeis disponibilizadas no sistema de informatização municipal, concernente à disponibilidade financeira para quitação de Restos a Pagar, comprovamos a seguinte realidade:

1 – Recursos suficientes para suportar os restos a pagar processados e não processados, inscritos em 2021, bem como valores restituíveis, considerando os haveres financeiros, nas seguintes fontes de recursos;

Fonte	Restos Pagar Processados	Rest. Pagar Não Processados	Saldo Fonte
100	342.332,85	6.410,50	812.372,35
101	89.290,81	0,00	709.615,70
102	658.387,85	2.248,80	849.172,59
118	204.683,07	0,00	259.944,16
124	0,00	1.086.774,12	1.087.206,97
129	7.759,07	0,00	55.291,19
147	1.500,00	0,00	68.915,73
159	8.579,55	22.675,08	932.789,90
164	22.180,13	10.635,85	148.275,35
255	0,00	212,50	2.214,17

Obrigações junto ao Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM

O Município cumpriu as exigências contidas nos incisos I, II e III, do art. 4º da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, concernente ao envio do Instrumento de Planejamento - IP, constituído do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Lei Orçamentária Anual - LOA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANA VERDE
PRAÇA NEMÉSIO MONTEIRO, 12
CENTRO – CANA VERDE/MG
CNPJ: 18.244.426/0001-56
(35) 3865-1202

Cumpriu ainda, com as exigências do art. 5º da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, concernente as remessas mensais da execução orçamentária e financeira, se consideradas as substituições, autorizadas e realizadas.

Detalhamento das Despesas Devidas, Pagas e Inscritas em Restos a Pagar à Títulos de Obrigações Patronais – RGPS

Contribuições Devidas:

Não foram identificadas contribuições devidas junto ao RGPS/INSS no exercício de 2021.

Contribuições Pagas:

As obrigações patronais pagas pelo Município ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no exercício financeiro de 2021, totalizaram R\$1.870.342,67 (Hum milhão oitocentos e setenta mil trezentos e quarenta dois reais e sessenta e sete centavos).

Deste valor, R\$1.756.077,42 (Hum milhão setecentos e cinquenta e seis mil e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos) foram pagos pelo Executivo Municipal, enquanto R\$114.265,25 (cento e quatorze mil duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) foram pagos pelo Legislativo.

Contribuições Inscritas em Restos a Pagar:

As obrigações patronais devidas pelo Município ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS inscritas em restos a pagar, conforme relatório de RPP, no exercício financeiro de 2021, totalizou R\$302.096,96 (trezentos e dois mil, noventa e seis reais e noventa e seis centavos) sendo 100% deste valor de responsabilidade do Executivo Municipal.

Aplicação de Recursos Públicos Realizada por Entidades de Direito Privado

No exercício de 2021 foram destinados recursos da ordem de R\$321.800,00 (trezentos e vinte e um mil e oitocentos reais) na forma de contribuições/subvenções, conforme legislação pertinente.

As entidades cumpriram com as respectivas prestações de contas, determinadas no instrumento jurídico assinado junto à Administração.



Participação do Município em Consórcios Públicos

O Município participa dos seguintes consórcios públicos, e no exercício tiveram o seguinte repasse através de contrato de rateio:

Consórcio CISMARG, foi repassado o valor de R\$99.501,56 (noventa e nove mil, quinhentos e um reais e cinquenta e seis centavos), que representa 0,42% do orçamento do Município; e

Consórcio CIS-URG, foi repassado o valor de R\$36.979,80 (trinta e seis mil, novecentos e setenta e nove reais e oitenta centavos), que representa 0,16% do orçamento do Município.

Consórcio CONSANE, foi repassado o valor de R\$120.530,42 (cento e vinte mil, quinhentos e trinta reais e quarenta e dois centavos), que representa 0,51% do orçamento do Município.

Possíveis Irregularidades

O Controle Interno do Executivo acompanhou as execuções orçamentárias, financeiras, patrimoniais e operacionais, bem como analisou as demonstrações contábeis, as conciliações e os registros que deram origem às mesmas e **não encontrou nenhum indício de irregularidades nesses processos no exercício de 2021.**

Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado pelo Controle Interno e verificamos que o mesmo se encontra devidamente instruído, com os elementos de que tratam as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado, especialmente a 04/2017, e a princípio representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no mesmo.

O Controle Interno do Executivo acompanhou as execuções orçamentárias, financeiras, patrimoniais e operacionais, bem como analisou as demonstrações contábeis, as conciliações e os registros que deram origem às mesmas, para então emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2021.

Foi verificado o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo de Caixa



e Balancete Contábil de Verificação e ainda:

- Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, onde foi comprovada a aplicação de **27,81%**, da receita base de cálculo;
- Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB, onde fica comprovada a aplicação de **97,05%** com profissionais da educação básica no exercício de 2021;
- Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, onde fica comprovada a aplicação de **41,64%** pelo Município, sendo **39,42%** pelo Executivo e **2,22%** pelo Legislativo.
- Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, onde foi comprovada a aplicação de **28,03%**, da receita base de cálculo;
- Demonstrativo das Receitas do exercício anterior, para verificação do limite estabelecido pelo artigo 29-A da Constituição Federal. Verifica-se o cumprimento deste dispositivo constitucional, pois, as transferências realizadas totalizaram **4,89%**, considerada a devolução de recursos pelo Legislativo;
- Apuração dos saldos de Restos a Pagar e Disponibilidades Financeiras;
- Análise dos créditos adicionais abertos, na relação com as respectivas leis autorizativas, e as disponibilidades de recursos.
- Acompanhamos e recebemos cópias dos achados dos trabalhos de cumprimento do Comunicado 36/2019, de 19 de dezembro de 2019, concernente ao Boletim nº 8, que trata das orientações para preenchimento da Certidão de Inventário. Cujos trabalhos foram desenvolvidos por comissões nomeadas para levantamento de inventário físico financeiro dos valores: em tesouraria, dos materiais em almoxarifado, dos bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos e recebidos em cessão, inclusive imóveis, do passivo circulante e não circulante e das contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Procedemos ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2021, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade da Contabilidade do Município conforme os dados no sistema de informatização do mesmo, e elaboramos o presente relatório, nos termos da Instrução Normativa nº 04/2017, do Tribunal de Conta do Estado de Minas Gerais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANA VERDE
PRAÇA NEMÉSIO MONTEIRO, 12
CENTRO – CANA VERDE/MG
CNPJ: 18.244.426/0001-56
(35) 3865-1202

Diante das informações demonstradas acima, o Órgão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Cana Verde/MG, **exara seu parecer final pela aprovação das contas do exercício de 2021**, por entender que os trabalhos desenvolvidos obedeceram à legislação aplicada à matéria e, ainda, as Instruções do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Também afirma este Órgão que as informações aqui demonstradas são fidedignas e representam a partir dos documentos extraídos dos registros contábeis para análise, a real situação da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município, no exercício de 2021, e atesta, ainda, a regularidade na abertura dos créditos adicionais e o cumprimento dos índices e limites constitucionais e legais examinados.

Cana Verde/MG, 29 de março de 2022.

AENDER
ANASTACIO DE
MORAIS:00989
342603

Assinado de forma
digital por AENDER
ANASTACIO DE
MORAIS:00989342603
Dados: 2022.03.29
14:30:43 -03'00'


RONNI CARLOS DE OLIVEIRA
CONTROLADOR INTERNO
CPF - 025.475.356-61